



Índice – Contas 2025

1	Identificação da Entidade	8
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3	Principais Políticas Contabilísticas	9
3.1	Bases de Apresentação	9
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	12
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	14
5	Ativos Fixos Tangíveis	15
6	Custos de Empréstimos Obtidos	16
7	Inventários	16
8	Rédito	16
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	16
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
11	Benefícios dos empregados	17
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
13	Outras Informações	17
13.1	Créditos a receber	17
13.2	Diferimentos	18
13.3	Outros ativos correntes	18
13.4	Caixa e Depósitos Bancários	18
13.5	Fundos Patrimoniais	19
13.6	Fornecedores	19
13.7	Estado e Outros Entes Públicos	19
13.8	Outros Passivos Correntes	19
13.9	Subsídios, doações e legados à exploração	20
13.10	Fornecimentos e serviços externos	20
13.11	Outros rendimentos	20
13.12	Outros gastos	21
13.13	Resultados Financeiros	21
13.14	Acontecimentos após data de Balanço	21



Fundação Raquel e Martin Sain

Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2025

1. Identificação da Entidade

1.1. Dados de Identificação

Designação da Entidade: Fundação Raquel e Martin Sain

Sede Social: Rua João Saraiva, nº 11 1700-248 Lisboa

Natureza da Actividade: Actividade Principal: Formação Profissional de Cegos

Endereço eletrónico: info@fundacao-sain.org.pt

1.2 Âmbito:

A Fundação Raquel e Martin Sain é uma Instituição Particular de Solidariedade Social instituída pelo Decreto-Lei 42117, de 21 de Janeiro de 1959.

À luz dos seus estatutos tem como fim “a realização de uma obra de educação e ocupação tiflológicas nomeadamente na formação profissional de cegos”.

Reveste a forma jurídica de Fundação.

Para a concretização daquele objectivo recebe apoios do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Mantém, também, um acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, IP para 6 (seis) utentes em Lar Residencial.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)
- Portaria 218/2015, de 23 de Julho
- Portaria 220/2015, de 24 de Julho.



A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

Sempre que existam valores dos rendimentos atribuíveis ao período e ainda não liquidados são reconhecidos na rubrica do ativo "Devedores por acréscimo de rendimentos" e os valores dos gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidos na rubrica do passivo "Credores por acréscimo de gastos".

Sempre que os valores de rendimentos e gastos que, apesar de já terem ocorrido os respetivos recebimentos ou pagamentos, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes são reconhecidos na rubrica "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade



Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.



3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



3.1.13 Consistência

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (Nota 5).

O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Quando há lugar a custos subsequentes com a manutenção e reparação dos ativos estes são registados como gastos no período em que são incorridos desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens se encontram em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada de acordo com a legislação em vigor.



A Instituição revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

No caso de mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis elas são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” encontram-se valorizados ao custo de aquisição, não havendo lugar a perdas por imparidade por depreciação de inventários (Nota 7).

O Inventário refere-se apenas a géneros alimentares para consumo próprio.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Créditos a Receber - Clientes

Os “Clientes” (nota 13.1) encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Os donativos e outras ajudas similares procedentes de doadores que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas estão registados no ativo pela quantia realizável. Em 2025 não existem saldos nesta rubrica no que se refere a doadores que se encontra desdobrada de acordo com as rubricas da “753 – Doações e Heranças” (Nota 13.9).

A Fundação dada a sua natureza jurídica e estatutos não tem sócios nem quotas.



Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” integra caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor (nota 13.4).

Fornecedores

As dívidas, se as houver, registadas em “Fornecedores” (nota 13.6) são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

A entidade recebeu verbas do Instituto do Emprego e Formação Profissional para a concretização de cursos de formação profissional para cegos, contabilizadas em rubricas próprias de acordo com a estrutura imposta pelas entidades financiadoras.

Quanto aos **rendimentos** foi feita a conversão da anterior rubrica 790 na rubrica **789 Subsídios** sendo utilizada, como contrapartida para os respetivos **gastos, a rubrica 689 Projetos Financiados** por conversão da anterior rubrica 690. Isto porque se trata de rubricas muito diversificadas (encargos com formandos e formadores, pessoal não docente, encargos gerais entre outras) que se encontram devidamente definidas de acordo com legislação nacional e comunitária.

As auditorias periódicas levadas a efeito pelo I.E.F.P. distinguem esta Fundação pela transparência e organização relativamente à nomenclatura e forma de contabilização dos gastos com financiamento comunitário, facilmente visíveis nas rubricas pré-definidas em sede de desdobramento da rubrica 689 e com apuramento de valores por ações de formação (centros de custo).



Também não existe no SNC qualquer inviabilidade à abertura de rubricas cujo conteúdo não se enquadra nas existentes.

Em termos globais enquadram-se em "Outros Rendimentos" e "Outros Gastos"

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Depreciações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	531.945,38	0,00	0,00	0,00	0,00	531.945,38
Edifícios e outras construções	833.731,53	0,00	0,00	0,00	0,00	833.731,53
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	207.312,00	413,80	0,00	0,00	0,00	207.725,80
Total	1.572.988,91	413,80	0,00	0,00	0,00	1.573.402,71
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	257.320,83	16.347,30	0,00	0,00	0,00	273.668,13
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	202.604,30	957,02	0,00	0,00	0,00	203.561,32
Total	459.925,13	17.304,32	0,00	0,00	0,00	477.229,45
Valor Ativo Imobilizado Líquido	1.113.063,78					1.096.173,26

Descrição	2025					
	Saldo inicial	Aquisições / Depreciações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	531.945,38	4.289,63	0,00	0,00	0,00	536.235,01
Edifícios e outras construções	833.731,53	2.294,00	0,00	0,00	0,00	836.025,53
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	207.725,80	0,00	0,00	0,00	0,00	207.725,80
Total	1.573.402,71	6.583,63	0,00	0,00	0,00	1.579.986,34
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	273.668,13	0,00	0,00	0,00	0,00	273.668,13
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	203.561,32	1.008,79	0,00	0,00	0,00	204.570,11
Total	477.229,45	1.008,79	0,00	0,00	0,00	478.238,24
Valor Ativo Imobilizado Líquido	1.096.173,26					1.101.748,10

Quanto aos Investimentos Financeiros incluiu-se a verba de 160,71 € relativa ao Fundo de Reestruturação do Sector Solidário sendo 69,23 € do ano de 2015 e 86,49 € do ano de 2014



(esta última verba não considerada em 2014 for falta da informação mensal de Dezº 2014 por parte do ISS,IP) acrescida de 4,99 € do IGCP.

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Não se observam registos nesta rubrica.

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025		
	Inventário inicial	Compras / Doações	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras / Doações	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	590,13	26.987,56	0,00	178,56	29.166,59	0,00	382,55
	590,13	26.987,56	0,00	178,56	29.166,59	0,00	382,55
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				27.399,13	28.962,60		

8. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descrição	2025	2024
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores (Mensalidades)	3.666,42	2.955,21
Juros	6.288,32	5.820,00
Total	9.954,74	8.775,21

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não houve lugar em 2025 e 2024 à criação destas rubricas.

10. Subsídios do Estado e apoios do Estado

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Instituição tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios à Exploração”:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado		
CRSSLisboa (Comparticipações Centros Reabilit. Cegos)	100.494,47	101.342,71
CRSSLisboa (apoio extraordinário aliment, energia, gás)	0,00	0,00
Total	100.494,47	101.342,71



11. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos, em 31 de Dezembro de 2025 eram um Presidente e dois Vogais. O Conselho de Curadores tem uma Presidente e dois Curadores e foi criado em 2017.

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição, com vínculo, em 31/12/2025 foi de “14” e em 31/12/2024 foi de “14”. Desempenharam, ainda, funções como prestadores de serviços em 2025 “3” e em 2024 “3”.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0.00	0.00
Remunerações ao pessoal	62.717,40	43.885,22
Encargos sobre as Remunerações	11.456,40	6.228,62
Seguros Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	777,88	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	994,85
Total	74.951,68	51.108,69

De salientar que as verbas mencionadas reportam-se às não assumidas pelo Projeto de Formação Profissional financiado pelo I.E.F.P.

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Créditos a receber - Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:



Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

A conta 21 Clientes e mais especificamente a 2117 Utentes reflecte o saldo resultante dos movimentos de facturação e recebimentos das mensalidades dos utentes do Lar de Reabilitação de Cegos em Chelas por contrapartida da conta 721 – Quotas de Utilizadores (Mensalidades) . Não existem dívidas de utentes a 31/12/2025.

13.2 Diferimentos

Em sede de Activo, em 31 de Dezembro, a rubrica de “Diferimentos” apresenta em 2025 o saldo de 34,29 € referente a Gastos a Reconhecer (seguros). O valor em 2024 era de 34,29 € porque se mantém o mesmo valor de seguro.

Em sede de Passivo em 2025 e 2024 não apresentam saldos.

13.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes”, contabilizadas pelo seu valor nominal, tinha em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Outras Contas a Receber		
Entidades do Sector Público Administrativo		
Instituto Emprego Formação Profissional	71.178,12	44.524,07
Outros devedores e credores	0,00	0,00
Total	71.178,12	44.524,07

13.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos disponíveis de imediato:

Descrição	2025	2024
Caixa	550,62	1.026,74
Depósitos à ordem	148.773,34	43.116,77
Depósitos a prazo	355.684,48	459.000,00
Total em Caixa e Bancos	505.008,44	503.143,51
Fundo de Compensação do Trabalho	1.556,13	1.556,13
Total de Disponibilidades	506.564,57	504.699,64



Nota: O Fundo de Compensação do Trabalho tem vindo a ser considerado em disponibilidades como ativo financeiro. Este registo em Disponibilidades resultou do facto dos movimentos desta rubrica funcionarem de forma corrente e frequente de acordo com as entradas e saídas de trabalhadores conferindo-lhe, assim, a qualidade de liquidez imediata. Em 2022 foi transferido dentro da mesma rubrica (1411) para outra mais adequada (1431- Outros activos financeiros).

13.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	201.332,31	0,00	0,00	201.332,31
Resultados transitados	85.679,04	0,00	77.910,42	7.768,62
Excedentes de revalorização	1.345.195,16	0,00	0,00	1.345.195,16
Total	1.632.206,51	0,00	77.910,42	1.554.296,09

13.6 Fornecedores

A rubrica de “Fornecedores” não apresenta saldos uma vez que as aquisições de bens e serviços são liquidadas a pronto pagamento (imediato). Em 2024, face à alteração do *software* da Contabilidade, procedeu-se à reformulação dos códigos de fornecedores.

13.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	907,65	489,64
Total	907,65	489,64
Passivo		
Imposto s/Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.390,17	3.090,31
Segurança Social (Contribuições)	4.387,55	5.464,30
Total	5.777,72	8.554,61

13.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:



Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos				
Remunerações a liquidar	0,00	5.944,19	0,00	5.390,00
Outros acréscimos de gastos	0,00	95,44	0,00	109,05
Instituto Emprego e Formação Profissional	0,00	114.862,55	0,00	0,00
Total	0,00	120.902,18	0,00	5.499,05

13.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Instituição reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios e doações:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	100.494,47	101.342,71
Doações e heranças	8.804,28	7.862,83
Total	109.298,75	109.205,54

13.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Serviços especializados	19.885,40	17.351,25
Materiais	1.032,87	455,93
Energia e fluidos	2.728,29	2.721,81
Deslocações e estadas (utentes)	0,00	1.534,28
Serviços diversos	2.344,53	2.395,60
Total	25.991,09	24.458,87

13.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Descontos de pronto pagamento	0,00	83,05
Outros rendimentos		
Correcções relativas a períodos anteriores	5.742,91	280,34
Reembolsos de refeições	12.166,45	11.842,40
Outros não especificados	2.394,07	4.977,20
Subtotal	20.303,43	17.099,94
Subsídios Comunitários		
I.E.F.P Projeto Formação Profissional	344.871,53	369.261,70
Subtotal	344.871,53	369.261,70
Total	365.174,96	386.444,69



13.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos A)	4.158,74	1.103,93
Outros Gastos		
Correcções relativas a períodos anteriores B)	80.027,91	8.635,65
Outros	2.366,53	4.796,54
Sub-Total	82.394,44	13.432,19
Subsídios Comunitários		
I.E.F.P Projecto Formação Profissional	344.871,53	369.261,70
Sub-Total	344.871,53	369.261,70
Total	431.424,71	383.797,82

A) IMI + Adicional IMI.

B) Ao liquidar em 2025 o saldo final relativo ao encerramento da formação profissional de 2024 o I.E.F.P. procedeu, pela primeira vez e sem previsão ou informação desse facto, ao abate de valores referentes aos decréscimos de volumes de formação resultantes de faltas, doenças e desistências de formandos, com referência ao período plurianual de Setº de 2021 a Novº de 2024.

13.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	6.288,32	5.820,00
Total	6.288,32	0,00
Resultados Financeiros	6.288,32	5.820,00

13.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração com o parecer favorável do Conselho Fiscal.



Fundação Raquel e Martim Sain
Assinado por: José Manuel Martins
Num. de Identificação: 01010964
Data: 2026.05.25 15:47:27+01'00'



CHAVE MÓVEL
....

**O Presidente do Conselho de
Administração**

José Manuel Martins

A Contabilista Certificada

Maria de Fátima Rodrigues